



Assembleia Municipal de Lagos

SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO/2022

1.ª REUNIÃO - 26/09/2022

MOÇÃO

O ano de 2022, foi um exemplo de tudo o que pode correr mal em termos de gestão da nossa costa e dos seus ativos.

Tivemos o acesso ao porto e marina de Lagos condicionado nos primeiros 6 meses do ano, uma dragagem da Ribeira de Bensafrim com despejo de areias e materiais inadequados para a Meia Praia e por fim as obras da ETAR que não foram acompanhadas de um plano de gestão e tratamento dos detritos durante o período dos trabalhos.

A par de tudo isto tivemos a Praia da Batata e agora a Praia da Dona Ana interditas pelas autoridades marítimas, tivemos igualmente eventos naturais que depositaram quantidades extraordinárias de limos na nossa costa sem que ainda hoje haja um plano de prevenção e gestão destes eventos a nível local.

As praias violam os padrões de saúde pública, principalmente por causa de bactérias transportadas em esgoto bruto/Estações de tratamento, resíduos de animais e escoamento de águas pluviais que podem deixar as pessoas doentes.

Muitas vezes, as vítimas não atribuem sua condição à exposição a água contaminada, pois podem não perceber que suas erupções cutâneas, gastroenterites virais, hepatites ou outras doenças foram causadas por nadar em águas poluídas.

Enfim este ano ficou claro que para além da limpeza de alguns areais pouco ou nada temos no nosso concelho a nível da gestão dos nossos recursos balneares e naturais associados ao mar.

Por outro lado, a nível nacional as políticas relacionadas com a gestão destes importantes ativos reduzem-se a intenções sem quaisquer medidas ou programas de natureza operacional com resultados efetivos na defesa deste território.

O Algarve e Lagos pela sua natureza turística têm determinadas áreas de conflito entre a qualidade ambiental e o turismo em massa que urge repensar, contudo o turismo como principal atividade económica destes territórios proporciona e impulsiona a tomada de medidas concretas na defesa das praias e da vida marinha locais.

Portugal recebeu a conferencia dos Oceanos em 2022, contudo, se olharmos para a realidade, nada mudou.

Este ano, contudo, teve lugar um importante momento que confere aos municípios uma nova capacidade de gestão destes territórios, tanto direta como indiretamente, a transferência de competências.



Neste sentido consideramos urgente Lagos criar um conjunto de medidas/programas de defesa das nossas zonas balneares.

Assim a nível local e a título de exemplo podemos defender e aprovar políticas para causar um impacto real na poluição das praias como o exemplo já assumido do limite de pesticidas e promoção da agricultura orgânica (viva o mercado) a nível local.

Podemos no futuro promover políticas para o uso de pesticidas ecologicamente corretos, reduzir os resíduos da indústria (turística) e da manufatura e aumentar o financiamento para programas locais de monitorização e avaliação da qualidade da água para informar o público sobre possíveis riscos à saúde.

Criar incentivos à criação e desenvolvimento da infraestrutura verde como controle do escoamento de águas pluviais, uso generalizado de pavimentos porosos, telhados verdes e parques de vegetação autóctone com baixo consumo de água, plantações à beira da estrada e barris de chuva são capazes de parar a chuva onde ela cai – deixando-a evaporar ou filtrar no solo – em vez de levar o escoamento para as águas costeiras. Estas medidas também podem ajudar a limpar o ar, reduzir doenças como a asma, economizar nos custos de aquecimento e arrefecimento de edificações e aumentar a resiliência económica local.

A ação individual também pode ajudar bastante a reduzir a poluição das praias. As praias são para o público desfrutar, e também é nossa responsabilidade ajudar a mantê-las limpas. Existem passos diários fáceis que podem ser tomados para ajudar a reduzir a lixiviação de produtos químicos e materiais tóxicos, reduzir as emissões de carbono e proteger a vida marinha, como comer alimentos orgânicos para limitar a demanda por pesticidas, limpar sua casa com ingredientes naturais e evitar produtos químicos pesticidas nos jardins.

Também podemos trabalhar juntos para minimizar o uso de plástico, designadamente a nível da restauração e bebidas como da hotelaria, para ajudar a salvar a vida selvagem marinha – e nossos oceanos.

A criação de benefícios fiscais para quem assuma determinados compromissos é uma medida que tem tido efeitos positivos para a aplicação de políticas ambientais a nível do planeamento urbano.

Nestes termos a Assembleia Municipal propõe à Câmara Municipal de Lagos que dê início aos necessários procedimentos para o desenvolvimento e Criação de um Programa Local Integrado de melhoramento da qualidade da água balnear.

Aprovada, por unanimidade e em Minuta.

